

Minoria assistida

No Rio, projeto ajuda a tratar os soropositivos condenados e a combater o grande índice de Aids dentro dos presídios

Paulo Marinho

Envolvendo questões delicadas para o ser humano, como a morte e a sexualidade, a Aids assume contornos dramáticos nas instituições que compõem o sistema penitenciário – onde o indivíduo desenvolve todas as atividades de sua vida em reduzido espaço físico. Geralmente abandonada pelo poder público em todo o país, foi no Rio de Janeiro, no entanto, que a população carcerária viu surgir o primeiro hospital da América Latina especializado no tratamento de condenados portadores do vírus. Pioneiro neste tipo de atendimento, o Rio conta também com um inédito programa de prevenção desenvolvido por familiares de presos.

Idealizada e viabilizada no âmbito do Instituto de Estudos Religiosos (Iser), a iniciativa conta com o apoio do Ministério da Saúde e recursos do Banco Mundial.

Colocada em prática em 1988, a primeira ação voltada para a Aids em presídios no Rio de Janeiro foi um levantamento mal conduzido, ao fim do qual chegou-se a um resultado não compatível com a realidade. Desenvolvido sem o rigor metodológico exigido, o trabalho indicou que apenas 1,8% da população carcerária estava infectada, enquanto em São Paulo, na mesma época, 10% dos apenados eram soropositivos. Quem lembra é a médica Eugênia Medlej, da Divisão Ambulatorial do Departamento do Sistema Penal do Estado do Rio: “Como os perfis dos presidiários dos dois estados são muito parecidos, desconfiamos dos dados e, no final de 1988 e início de 1989, desenvolvemos uma testagem com 50% dos reclusos.”

Estudo cuidadoso – Familiarizada com o dia-a-dia do sistema penal e estudiosa dos temas a ele relacionados, Eugênia recorda que o segundo levantamento foi conduzido com todo o cuidado, à luz de critérios rigorosamente éticos.



No Hospital Penal de Niterói, o tratamento dos condenados é humanizado

Um jeito mecânico

cos e científicos: “Promovemos palestras em todas as cadeias, chamando a atenção dos presos para a importância de um trabalho cujos resultados seriam utilizados para sensibilizar as autoridades. Como não existe exame compulsório para Aids, os 7% que não concordaram com a pesquisa a ela não se submeteram. Com as informações, fizemos projeções e chegamos à conclusão de que 11% dos apenados estavam infectados pelo vírus.”

Iniciativa – Um grupo de profissionais do setor, tendo à frente o atual coordenador de Saúde do Desipe, Edison Biondi, projetou, em 1990, a transformação de um hospital numa unidade exclusivamente destinada ao atendimento de presidiários portadores do vírus HIV. “Percebemos que com uma simples transferência de recursos era possível humanizar o tratamento dispensado a nossos presos. Obtivemos o sinal verde do então governador Leonel Brizola, e usamos parte do dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliar e recuperar o Hospital Penal de Niterói”, lembra Biondi.

Inaugurada em março de 1994, a unidade hospitalar veio juntar-se ao programa de assistência, prevenção e educação em Saúde/Aids, que o Desipe conduz nos presídios com a participação da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e o Centro Nacional de Pesquisa em Aids, do Hospital Universitário Gaffrée Guinle. Trabalhando com a filosofia prevenir/tratar com profissionais especializados, o Departamento do Sistema Penal vem mudando radicalmente as expectativas dos reclusos portadores do vírus. “Já recebemos alguns doentes que, por falta de cuidados especializados, tinham seu estado agravado pelas infecções oportunistas e acabavam aparentando um quadro terminal. Hoje, o soropositivo que tem determinada patologia é internado, tratado, curado, e volta à sua unidade de origem” – acrescenta Biondi.

Preconceito – Acostumada a proferir palestras sobre “A Sexualidade no Sistema Penitenciário”, a médica Eugênia Mejlev reconhece que qualquer ação destinada a humanizar o tratamento de reclusos ainda é vista com um certo preconceito por boa parcela da sociedade. Ela explica: “Nosso trabalho toca na se-

xualidade e na morte, temas que o ser humano até hoje não conseguiu resolver direito; além disso, nossos esforços são dedicados a indivíduos que não costumam integrar o rol de prioridades das autoridades e, por isso, as pessoas estranham e até mesmo condenam o uso de recursos públicos para atendê-los.”

Prevenção em presídios – Responsável por mudanças no comportamento sexual da sociedade, a Aids – que mexe com tabus e conceitos morais arraigados – assume contornos delicados nas chamadas instituições totalizadoras, como os presídios, onde o indivíduo vivencia todas as situações do cotidiano em um espaço físico muito reduzido. Ali, o apenado vive, trabalha, tem seu lazer, relacionamentos, emoções,

Qualquer ação destinada a humanizar o tratamento de reclusos ainda é olhada com certo preconceito por boa parcela da sociedade

vida afetiva e sexual. A responsável pela Divisão de Ambulatório do Desipe alerta para a importância da prevenção, uma vez que muitos presos têm direito ao “parlatório”, regime no qual os contatos sexuais são permitidos entre cônjuges e companheiros em áreas reservadas da prisão. “Além disso, para o preso, o exercício de sua sexualidade é a garantia de que ele não foi totalmente despersonalizado. As relações homossexuais surgem também como forma de reagir ao sistema”, adverte Eugênia Mejlev.

Participação – Além da prevenção e da unidade hospitalar específica para apenados, o Desipe está desenvolvendo um projeto que visa a aprimorar o treinamento dos agentes penitenciários que ingressam no sistema. Coordenado pela médica Eugênia Mejlev, o trabalho, aprovado e financiado pelo Banco Mundial, também inclui os internos e seus familiares. No presídio Ari Franco, os próprios presos estão elaborando as ilustrações que vão ser usadas para orientar os participantes sobre a anatomia do corpo humano, doenças sexualmente transmissíveis, higiene, visitas íntimas e Aids.

Hospital único – Anexo ao presídio Ferreira Neto, o Hospital Penal de Niterói é o único da América Latina especializado no tratamento de apenados portadores do vírus da Aids. Localizada na Alameda São Boaventura, no bairro do Peixoto, a unidade é cercada de padrões de segurança e espaçosa área florida e arborizada. Funcionando desde junho do ano passado, já fez 100 internações e jamais teve os 30 leitos de que dispõe ocupados ao mesmo tempo. Seu diretor, o pneumologista Dagomar Martins, tem longa trajetória no sistema penal e atuava no presídio vizinho em 1984, quando começou a surgir os primeiros casos de Aids entre presidiários. Testemunha da progressiva deterioração que atingiu o antigo Hospital Penal nos anos 80, ele integrou o grupo de profissionais que idealizou sua transformação em unidade especializada no tratamento de presos: “Não enxergamos em nossos pacientes indivíduos desprovidos de direitos, e sim pessoas que necessitam de tratamento adequado para voltar ao convívio de seus companheiros na instituição de origem.”

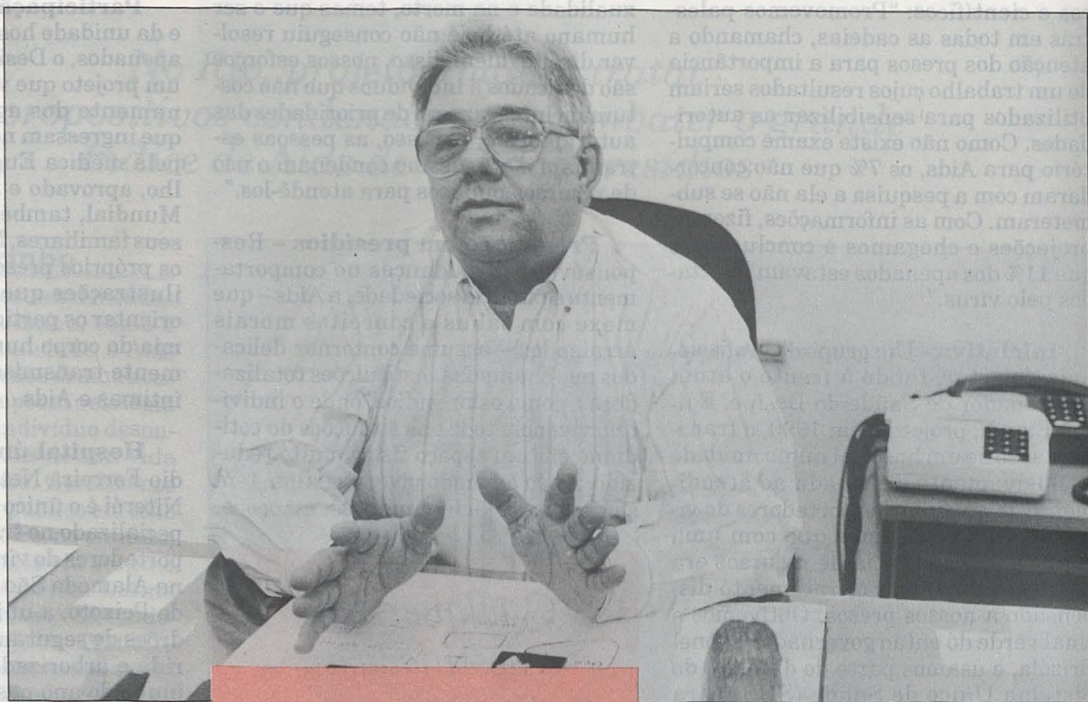
Favorável a que os detentos soropositivos do sistema sejam transferidos para o presídio Ferreira Neto, junto ao hospital, Dagomar entende que a medida facilitaria as remoções e o tratamento dos doentes. “Aqui atendemos um detento que ficou paraplégico por infecção na medula. A partir do momento em que passou a receber cuidados adequados, ele se recuperou, voltou a andar e retornou ao presídio onde cumpre pena”, explica.

Equipe itinerante – Com 22 pacientes internados no último mês de de-

Minoria assistida

zembro, o Hospital Penal de Niterói conta com cerca de 60 profissionais concursados no estado do Rio em 1990. A instituição tem em seus quadros um cirurgião geral, um neurologista, um fisioterapeuta, um psiquiatra, duas assistentes sociais, dois psicólogos, um bioquímico, um farmacêutico, um infectologista, quatro técnicos em laboratório, um especialista em Centro de Tratamento Intensivo (CTI), seis diaristas, três plantonistas e 32 técnicos em enfermagem. Além de todos os equipamentos necessários ao funcionamento de uma unidade hospitalar, o HPN dispõe de um Centro de Estudos, farmácia e laboratório, que já está suprindo parte das necessidades do hospital. Semanalmente, uma equipe interdisciplinar itinerante percorre os presídios do sistema penal para acompanhar o estado de saúde dos cerca de 1.300 apenados infectados – 15% dos cerca de 8.700 presos do estado.

Prevenção com familiares – Única organização não-governamental (ONG) conveniada com o Desipe, o Iser desenvolve um inédito programa de prevenção contra Aids junto aos familiares dos detentos. Apoiado pelo Ministério da Saúde e financiado com recursos do Banco Mundial, o projeto, em andamento desde janeiro de 1994, originou-se do trabalho “Direitos Humanos em Cadeia”, realizado pelo mesmo Instituto nos presídios a partir de 1991. “Prestando assistência jurídica gratuita aos presos e a seus parentes, acabamos detectando sérios problemas de saúde no sistema. Definida a fonte de recursos, recrutamos e treinamos pessoas junto às famílias dos apenados e hoje temos oito agentes de saúde credenciados junto ao Desipe”, lembra a criadora e coordenadora do projeto, Simone Menezes.



Dagomar Martins:
*“Não vemos nos
 pacientes
 indivíduos
 desprovidos de
 direitos, e sim pessoas
 que precisam
 de tratamento
 adequado”*

Contando com dois egressos do sistema penal entre os agentes, a equipe, que já acompanha cerca de 300 detentos, visita os presídios nos finais de semana e se reúne todas as segundas-feiras na sede do Iser, no bairro da Glória, Zona Sul do Rio. Nas visitas, o grupo identifica os problemas que estão ocorrendo, atende e encaminha pedidos de teste HIV e distribui uma média de 12 mil camisinhas por mês. Todos os da-

dos, inclusive os relativos ao recebimento de preservativos, são lançados numa planilha mantida no Instituto. “A família é ouvida com mais facilidade, dobra resistências e ainda consegue multiplicar a informação entre outros detentos e seus parentes; como, na maioria das vezes, o preso é mais assistido do que sua família, o fluxo de informações nos dois sentidos é altamente benéfico”, argumenta a advogada Simone Menezes.

Organização – Ex-estagiária do Desipe e casada com um apenado, Simone argumenta que o núcleo familiar, elo do preso com a sociedade, acaba aparecendo como alternativa às eventuais políticas públicas e evita problemas com a chamada descontinuidade administrativa, que geralmente ocorre quando há mudança de governo. Com o projeto de lançar a publicação *Rábula de bolso*, que vai orientar as pessoas a se locomover na área jurídica, ela assinala que a população carcerária, ao contrário de segmentos como o Movimento Negro, as prostitutas e os doentes mentais, “talvez seja a última minoria que até hoje não se organizou em uma entidade que represente seus interesses”.